



AGRICULTURA ORGÂNICA (PROGRAMA PARANAENSE DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS)

Daniela da Rocha Herrmann (PG)¹

Hadrien François Pierre-Henri Constanty (PG)²

Sandra Luisa Toillier (PQ)³

Ana Paula Gonçalves da Silva Wengrat (IC)⁴

Regina Conceição Garcia (PQ)⁵

Resumo: A agricultura orgânica exclui, entre outros, o uso de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos e é composta principalmente por produtores familiares que vêem nesta tecnologia uma grande oportunidade para promover seu desenvolvimento econômico e social. A certificação de produtos e processos de produção orgânica de alimentos tem aumentado muito nos últimos anos. O “Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos” consolidou a criação de uma rede de apoio à certificação, em parceria com as universidades públicas e o TECPAR, como órgão certificador no Estado. Estão sendo realizados estudos de caso para a certificação de unidades familiares de produção e agroindústrias de alimentos orgânicos, capacitações dos bolsistas do Núcleo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e foram firmadas parcerias com associações, entidades e cooperativas na região oeste do Paraná. Com base nos 102 estudos já realizados, pode-se verificar que a maior parte das propriedades possui produção vegetal, destacando-se a horticultura e a fruticultura, seguida pela produção animal e agroindústrias familiares. Nas propriedades auditadas, os agricultores mostraram-se satisfeitos e motivados a se adequarem à legislação e, conseqüentemente, terem seus produtos certificados.

Palavras Chave: Alimentação orgânica, certificação por auditoria.

Abstract: Organic agriculture excludes the use of synthetic fertilizers and pesticides and is mainly composed by family farmers who see this technology a great opportunity to promote their economic and social development. The certification of products and processes of organic food production has increased greatly in last years. The "Paranaense Certification Program for Organic Products" consolidated the creation a professional groups who work with certification, in partnership with public universities and TECPAR, as certification institute in the state. Are being conducted case studies for the certification of family production units and agribusinesses organic food, training of professionals at the Center of the West Paraná State University and partnerships were signed with associations, organizations and cooperatives in western Paraná. Based on previous studies (102) can be seen that most of the properties have vegetable production, especially horticulture and fruit, followed by livestock and family agribusinesses. In the properties audited farmers were satisfied and motivated to conform to the legislation and therefore have their products certified.

Keywords: Organic food, certification audit.

¹Mestranda em Conservação e Manejo de Recursos Naturais, Bióloga bolsista do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon; daniherrmann85@yahoo.com.br

²Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável; Eng. Agrônomo bolsista do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon; hadrien.constanty@gmail.com

³Mestre em Agrônoma; Bióloga bolsista do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon;

⁴Acadêmica do Curso de Agronomia e bolsista Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon;

⁵Prof.^a. Doutora, pesquisadora do Departamento de Zootecnia e Coordenadora do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon;



INTRODUÇÃO

A agricultura convencional, empregada no século XXI, baseia-se no uso frequente de agroquímicos, mecanização agrícola avançada, monoculturas em grande escala e emprego de sementes geneticamente modificadas com alto rendimento (PINHEIRO, H. K.; 2012).

Atualmente existe uma grande demanda de consumidores que não concordam com o modelo de agricultura atual, que utilizam as práticas convencionais. Atentos aos aspectos sociais, ambientais e da saúde do consumidor, tornou-se urgente a busca por uma tecnologia alternativa para a produção de alimentos, que garanta qualidade nestes aspectos para quem produz e quem consome (DAROLT, 2002; PINHEIRO, H. K.; 2012).

Em contraponto ao sistema convencional existe o sistema de produção orgânica, que é todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e sócio econômicos e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais e tem por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (ALTIERI, 2002; TECPAR, 2009).

A agricultura orgânica é composta principalmente por produtores familiares que vêm nesta tecnologia uma grande oportunidade para promover seu desenvolvimento econômico e social, uma vez que o mercado em expansão e a redução do uso de insumos externos combinados com um valor adicional dos produtos orgânicos proporcionam um ganho econômico melhorando os aspectos de subsistência para esses agricultores (OELOFSE *et al.*, 2010).

A agricultura familiar consiste no cultivo da terra e respectivo aproveitamento por pequenos proprietários rurais. Atualmente a agricultura familiar inclui 85% dos estabelecimentos rurais, ocupa 30% das terras, responde por 38% da produção e por 77% das ocupações em atividades agropecuárias. Além disso, contribui com 60% da produção de itens básicos da mesa do brasileiro (IBGE, 2006).

No Brasil, 90% da produção orgânica são provenientes da agricultura familiar (IBGE, 2006). No Paraná, sabe-se que a agricultura familiar, é de suma importância para a produção de alimentos orgânicos, pois segundo Censo Agropecuário de 2006, 90,5% das propriedades rurais que fazem uso da agricultura orgânica têm área até 50 hectares. Sendo que destes pequenos agricultores 41,6% possuem propriedades variando de 1 a 5 hectares.

Esse modelo de produção possibilita a inserção desses pequenos agricultores nas redes de comercialização de produtos orgânicos. No entanto, para que os agricultores usufruam desses benefícios na produção orgânica é de suma importância que estes produtores sejam submetidos a um processo de certificação. O certificado propiciará a aplicação de legislações,

¹Mestranda em Conservação e Manejo de Recursos Naturais, Bióloga bolsista do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon; daniherrmann85@yahoo.com.br

²Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável; Eng. Agrônomo bolsista do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon; hadrien.constanty@gmail.com

³Mestre em Agronomia; Bióloga bolsista do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon;

⁴Acadêmica do Curso de Agronomia e bolsista Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon;

⁵Prof.^a. Doutora, pesquisadora do Departamento de Zootecnia e Coordenadora do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos- UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon;



realização de investimentos e busca de conhecimentos variados para garantir a confiança dos consumidores (PINHEIRO, H. K.; 2012).

Para que um produto receba certificado de orgânico ele deverá ser proveniente de um sistema em que tenham sido aplicados os princípios estabelecidos pela legislação orgânica, por um período variável de acordo com a utilização anterior da unidade de produção e a situação ecológica atual, mediante as análises e a avaliação dos órgãos fiscalizadores (VRISMAN *et al.*, 2012).

Atualmente, no Brasil, existem três mecanismos para garantir a qualidade do produto orgânico: o controle social na venda direta, o sistema participativo de garantia (SPG) e a certificação por auditoria (BRASIL, 2009). O controle da qualidade orgânica tem como objetivo oferecer à sociedade a garantia de que os produtos foram produzidos de acordo com a legislação para os sistemas de orgânicos de produção. Para os produtos serem comercializados como orgânico deverão obrigatoriamente ser controlado por um desses mecanismos (VRISMAN *et al.*, 2012).

O agricultor que recebe a certificação por auditoria ou por sistema participativo, receberá o selo de orgânico, o qual é cedido pela certificadora, mediante contrato assinado entre as partes. Entretanto, o selo é a conquista do agricultor e mostra que o sistema produtivo está dentro das conformidades das normas nacionais e internacionais sobre produção orgânica. Isso confere confiabilidade dos seus produtos ao mercado consumidor, o qual estará adquirindo um produto de qualidade, com suas características organolépticas e nutricionais, geralmente, superiores aos produtos produzidos no sistema convencional (OLIVEIRA, 2005).

A agência certificadora exerce uma função de fiscalizar se o agricultor esta dentro das normas do sistema de produção orgânica e quais são as inconformidades. Depois de identificados os problemas tentar auxiliar, como parceiro, nas dificuldades encontradas na propriedade, ajudando encontrar solução gradual e regular dos problemas em conjunto. Dessa forma, deve existir entre as partes respeito e ética.

Entretanto, apesar da importância de certificação de produtos orgânicos o número de unidades certificadas no Brasil ainda é baixo. Segundo Censo Nacional Demográfico de 2006, cerca de 90.000 estabelecimentos que praticam a agricultura orgânica no país, somente 20.000 desses estabelecimentos são certificados. No Paraná o número de produtores está em torno de 5 mil e destes apenas 20% são certificados (IPARDES, 2007).

A falta de do selo de certificação dificulta o acesso ao mercado, não diferencia o produtos dos demais, o que é desvantajoso tanto para o produtor como o consumidor que poderia optar em adquirir produtos livres de agrotóxicos, colabora com a preservação do meio ambiente por ser produzido em condições adequadas e que se preocupa com as questões sociais, incentivando o homem a permanecer no campo (FONSECA, 2009).

Visando atender essa necessidade de certificação de produção orgânica, o governo do estado do Paraná em parceria com instituições de Ensino Superior e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), criou o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) em 2009. Este programa implantou uma rede de apoio que possibilita capacitar profissionais para o setor e fornecer assistência aos agricultores familiares no âmbito de receber certificação de produção orgânica sem qualquer custo, agregando valor nos produtos orgânicos e aumentando a qualidade de vida (VRISMAN *et al.*, 2012).

O objetivo desse trabalho é relatar a experiência e metodologia adotada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, nas atividades de certificação de produtos

orgânicos na primeira fase do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) entre os anos de 2009 a 2011 e as perspectivas para a segunda fase do PPCPO que abrange o período de 2012 a 2015.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho está sendo desenvolvido junto ao Núcleo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon – PR, integrante do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, tendo como área de abrangência, a região oeste do Paraná (Figura 1).



Figura 1 - Municípios da região oeste (em destaque) atendidos pelo núcleo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná até o momento.

O projeto tem o apoio financeiro da SETI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Tecpar – Instituto de Tecnologia do Paraná, o qual é o órgão responsável pelas certificações auditadas, que tem como objetivo durante o desenvolvimento do projeto, certificar pequenos e médios produtores de baixa renda, sem custo financeiro, visando melhorar a qualidade de vida e a renda desses agricultores.

Os agricultores que já produziam ou que pretendiam produzir pelo sistema orgânico, seguindo os princípios dessa forma de produção, foram orientados sobre as vantagens de ter a propriedade certificada, bem como seria o procedimento de como o trabalho se desenvolveria: sem custos iniciais, com assistência técnica para adequação da propriedade para atender a legislação de orgânicos e, por fim, a auditoria para a obtenção da certificação.

Para o desenvolvimento do projeto parcerias foram firmadas com as redes que atuam visando o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar agroecológica já presentes na



região: BIOLABORE (Cooperativa de trabalho e assistência técnica do Paraná), EMATER, COPERFAM (Cooperativa Agroecológica e da Indústria Familiar), Instituto MAYTENUS e ITAIPU-Binacional.

O trabalho iniciou a partir da divulgação do PPCPO, nas comunidades rurais, com grupos de agricultores que manejavam a área para a produção de orgânicos e também os interessados em converter a área, a fim de divulgar e esclarecer dúvidas em relação ao sistema de certificação adotado pelo programa e levar as informações até os agricultores sobre os principais aspectos da legislação da produção orgânica (Lei 10.831/2003). Após essas reuniões em diversas comunidades, foi realizada a quantificação do número de agricultores interessados em certificar os seus produtos orgânicos.

Com os agricultores interessados em certificar foram realizados estudos de caso por meio de visitas as propriedades e aplicação de questionários contendo informações sobre as condições de produção, armazenamento, manejo, comercialização, irrigação, quais produtos são produzidos, aspectos ambientais e todos os demais aspectos sobre as exigências e adequações necessárias para a produção de orgânicos, a equipe técnica encaminhou todas as informações para avaliação do TECPAR, os quais retornaram indicando se a propriedade estava apta ou não para a realização da auditoria.

Através de reunião prévia com os agricultores que estavam aptos para receber a auditoria, foi esclarecido o plano de auditoria e sua execução. As visitas às propriedades foram iniciadas em dezembro de 2009 e finalizadas em 2011, quando terminou a primeira fase do PPCPO. As atividades da segunda fase iniciaram em fevereiro de 2013 e estão em andamento até o momento. No decorrer da primeira fase do projeto (PPCPO I) e também na fase atual (PPCPO II), as visitas para estudos de caso sempre foram acompanhadas pelo técnico da entidade parceira responsável pela Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER).

As auditorias são realizadas pelo TECPAR ou auditores de outras instituições, onde as propriedades passam por vistorias e são aplicados formulários que se baseiam na (Lei 10.831/2003) sobre agricultura orgânica no Brasil.

Após a auditoria, as propriedades que apresentaram-se dentro das conformidades receberam a certificação orgânica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o PPCPO I, foram realizados 89 estudos de caso em municípios da região Oeste do Paraná, perfazendo um total de 79 propriedades, sendo as mesmas subdivididas em produção vegetal, animal e agroindústria. A fruticultura e a produção de hortaliças foram predominantes na agricultura orgânica na região Oeste, com representação de 35 e 26%, respectivamente, nas propriedades visitadas (Tabela 1).

Dentre as grandes culturas, destacaram-se o milho, o feijão e a cana-de-açúcar, com 11%, 5% e 4,5% respectivamente. Na produção animal, o número de propriedades visitadas com demanda para a produção orgânica foi menor, 9,8% em relação ao total. Nenhum dos estudos de caso de produção animal foi aprovado pelo TECPAR. Isto aponta a dificuldade dos produtores se adequarem as exigências da legislação em todos os aspectos do sistema, desde a aquisição dos animais, do período de conversão, da nutrição, das instalações, da sanidade e do bem-estar.

Outros aspectos de grande importância que foram observados são as maneiras de comercialização dos produtos onde na maioria das propriedades é realizado em feiras, supermercados, em domicílio, para o PNAE, PAA, entre outros. Também foram consideradas as preocupações com os riscos de contaminação das áreas orgânicas por insumos químicos utilizados por propriedades vizinhas que adotam sistema convencional, requisitos sanitários e/ou ambientais.

Tabela 1. Resultado do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos – fase I na região Oeste do Paraná.

Municípios visitados	Propriedades visitadas	ESTUDOS DE CASO			Estudos de caso aprovados	Auditorias realizadas	Nº de certificados emitidos
		PV	PA	AGRO			
Assis Chateaubriand	05	05	01	01	02	01	01
Formosa do Oeste	09	08	01	-	08	04	04
Guaira	25	25	02	-	12	01	-
Jesuítas	04	03	01	-	01	-	01
Mal Cândido Rondon	01	01	-	-	01	-	-
Maripá	02	02	-	01	-	-	-
Matelândia	03	03	-	-	02	-	-
Mercedes	01	01	-	01	-	-	-
Medianeira	08	08	-	-	07	-	-
Palotina	03	03	02	01	02	02	02
São José das Palmeiras	04	04	01	-	-	-	-
São Pedro do Iguaçu	07	07	-	-	07	07	06
Vera Cruz do Oeste	07	07	-	-	06	06	04
TOTAL	79	77	08	04	48	21	18

Legenda: PV (produção vegetal); PA (produção animal); AGRO (agroindústria).

De maneira geral, no retorno às propriedades para o processo de auditoria, após a realização dos estudos de caso, observaram-se várias melhorias que se deram pela assistência técnica e pelas anotações do que é realizado na propriedade, desde a compra das sementes, preparo das mudas, plantio, utilização de insumos e técnicas de controle alternativo de pragas, até a colheita, pós-colheita, distribuição para venda e a venda propriamente dita.

Considera-se que a dificuldade encontrada pelos agricultores para atender determinados requisitos técnicos da legislação nem sempre estão relacionados à falta de vontade, mas sim, por falta de conhecimento específico da lei. Mediante estes levantamentos e observações a assistência técnica deverá ser feita por profissionais capacitados que valorizem a troca de informações e conhecimentos, que conheçam a realidade da agricultura familiar e estejam preparados para expor alternativas para cada tipo de propriedade atendida.

A certificação orgânica apresenta inúmeros benefícios aos produtores e garante a qualidade do alimento orgânico aos consumidores, porém para que a certificação seja efetuada é necessário um elevado número de documentos e procedimentos burocráticos para atender todos os requisitos impostos pela legislação e pela certificadora. Estes fatores aliados à precária assistência técnica, podem levar o produtor a desistir da certificação.

As exigências específicas da legislação em todas as etapas que envolvem o sistema orgânico de produção, exigem acompanhamento mesmo depois de alcançado o título de conformidade da produção orgânica.

Com o reinício do projeto, podemos notar que existe demanda para a realização de novos estudos de caso, bem como há interesse dos agricultores que foram visitados e



certificados no PCPPO I, mostrando que é de suma importância para os agricultores a certificação, pois abre portas para novos mercados, incentiva o agricultor a permanecer na produção de alimentos orgânicos trazendo satisfação e sustento para as famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura orgânica é um sistema de produção que visa a qualidade de vida para quem produz e para quem consome alimentos orgânicos. A crescente preocupação quanto aos resíduos químicos e a possibilidade de contaminação dos alimentos têm levado ao aumento da demanda e da produção de alimentos orgânicos, o que representa uma maior segurança para os consumidores. Em virtude dessa demanda, o mercado de produtos orgânicos e as projeções futuras apontam para um crescimento ainda maior desse segmento.

O Programa Paranaense de Certificação de Orgânicos vem de encontro à realidade internacional e a necessidade regional de certificação dos produtos, buscando a partir disto, agregar valor aos produtos e também incentivar os agricultores atendidos.

Nas propriedades que foram auditadas, os agricultores mostraram-se satisfeitos por terem respostas aos seus anseios, garantindo a credibilidade dos produtos, contribuindo para o crescimento e fortalecimento desses agricultores e do cooperativismo na região.

Tem-se grande expectativa que o trabalho que vem sendo realizado pelo núcleo da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon, alcance grande número de propriedades certificadas até o final da segunda fase do projeto e que possa ter continuidade, contribuindo assim para o crescimento, fortalecimento e reconhecimento da agricultura orgânica familiar da região.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BRASIL. **Legislação para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

DAROLT, M. R. **Agricultura Orgânica: inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002.

FONSECA, M. F. A. C. **Agricultura Orgânica: Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. PESAGRO -RIO. Niterói – RJ, 2009.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: IPARDES, 2007. 188 pg.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: Janeiro 2013.



OELOFSE, M.; HONG-JENSEN, H.; ABREU, L.S.; ALMEIDA, G.F.; HUI, Q.Y.; SULTAN, T. **Certified organic agriculture in China and Brazil: Market accessibility and outcomes following adoption**. Elsevier. Ecological Economics, vol. 69, n. 9, 2010.

OLIVEIRA, S. P. Oferta e consumo de alimentos orgânicos no município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2005. 32 p. (Embrapa Agroindústria de Alimentos. Documentos, 62).

PINHEIRO, H. K. **Produtos Orgânicos e Certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira – PR**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa-PR.

TECPAR- Instituto de Tecnologia do Paraná, **Regulamento para Certificação Orgânicos**. 2009, Cartilha TECPAR, RC CERT P19 (rev G), Curitiba- PR

VRISMAN, A. K. ; OKUYAMA, K. K. ; ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H. **Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar**. Revista Conexão UEPG, v. 8, p. 138-149, 2012.